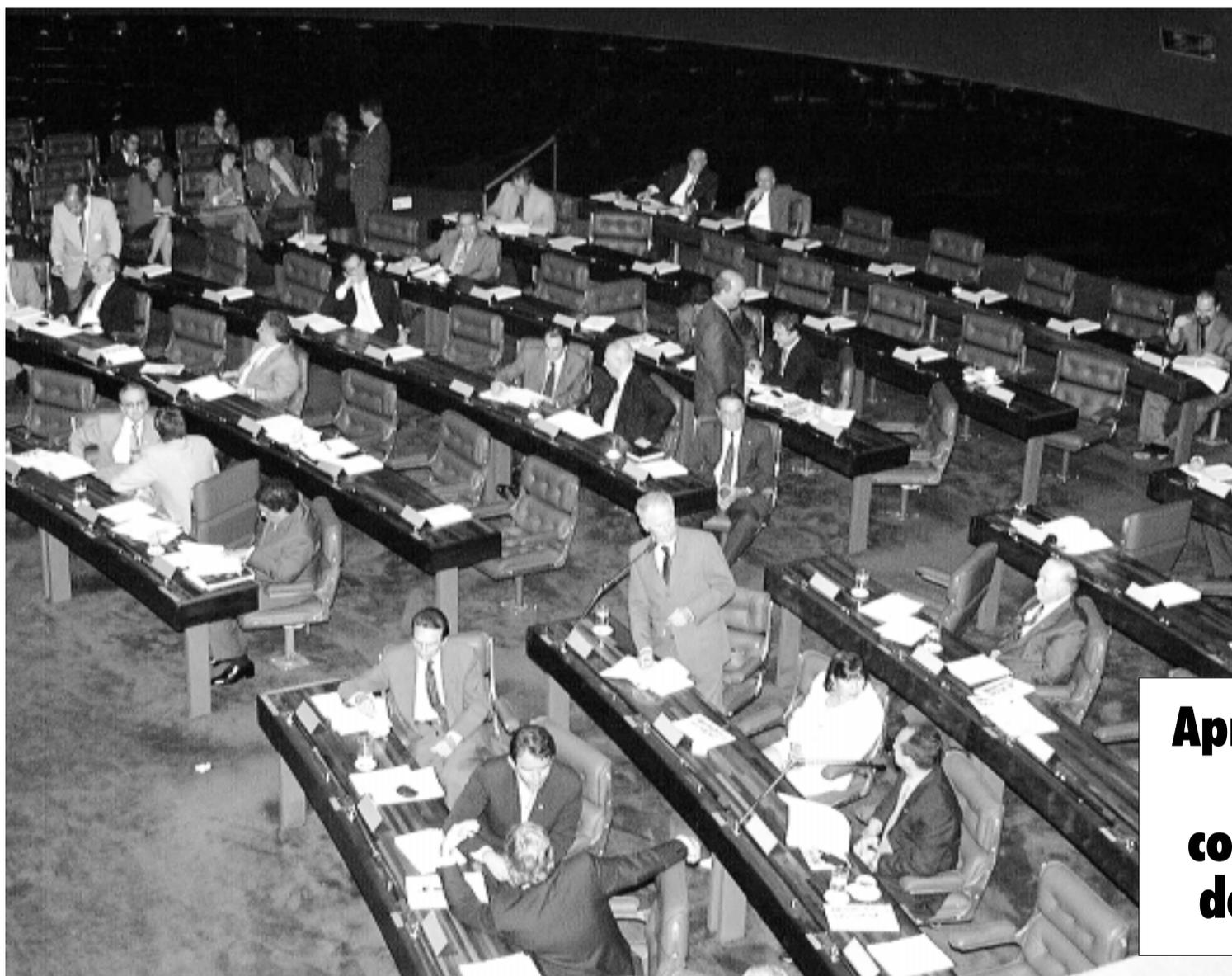


Plenário realiza 110 sessões e aprecia 245 matérias no semestre

Desde janeiro, senadores examinaram propostas importantes, como a emenda da CPME, a regulamentação do funcionamento de organizações da sociedade civil de interesse público e o programa de proteção a testemunhas



De 4 de janeiro a 30 de junho, quando realizou a última sessão antes do recesso previsto pela Constituição, o Senado apreciou 245 matérias, aprovando 167, inclusive cinco emendas constitucionais.

Entre as propostas aprovadas nas 110 sessões realizadas, destacam-se a emenda da CPME, a regulamentação das organizações da sociedade civil de interesse público e o programa de proteção a testemunhas. Há ainda projetos que melhoram diretamente a vida do cidadão, como a obrigatoriedade de colocação do nome genérico nos rótulos dos remédios e a permissão para que o consumidor escolha a data de vencimento das contas de serviços públicos.

Aprovadas cinco emendas constitucionais desde janeiro

Apenas no mês de junho, plenário examinou 52 matérias e aprovou 48, inclusive a revogação do limite constitucional para a taxa de juros

PÁGINA 3

Cidadãos criticam programação de TV

Um terço das chamadas recebidas nos últimos dias pelo serviço *Voz do Cidadão* continha reclamações contra a programação de rádio e TV no Brasil, tema de uma sub-comissão criada pelo Senado no mês passado.

PÁGINA 3

Senado busca ampliar acesso à informação

TV Senado transmitindo em sinal aberto para os municípios do interior, Rádio Senado em ondas curtas, página na Internet, *Voz do Cidadão*, Universidade do Legislativo. O Senado busca ampliar o acesso dos cidadãos a todas as informações sobre o trabalho legislativo.

PÁGINAS 4 E 5

JORNAL DO SENADO

Aos Leitores

Em razão do período de recesso parlamentar, o *Jornal do Senado* só voltará a circular no dia 3 de agosto.

Napoleão quer criar reserva no Piauí

Novo modelo é apresentado pelo senador como capaz de viabilizar o desenvolvimento auto-sustentado da região, permitindo a exploração racional dos recursos naturais

Simon destaca atuação de embaixador do Líbano

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou os oito anos de “relevantes serviços” prestados pelo embaixador do Líbano no Brasil, Gazi Chidiac, que está deixando o país. Simon afirmou que, por seu preparo, habilidade e competência, Chidiac tem grande destaque nos meios diplomáticos de Brasília.

Para o senador, a habilidade profissional de Chidiac permitiu maior intensidade nos contatos entre dirigentes brasileiros e libaneses. A passagem do embaixador pelo país, acrescentou Simon, reproduz a reconhecida capacidade de adaptação dos libaneses ao Brasil, ao longo de todo este século.

— De um lado, os libaneses são um povo milenarmente voltado para o comércio e para o contato com outros povos. De outro, os brasileiros são cordiais e receberam, sem preconceito, imigrantes de todo o mundo.

O senador informou que existem hoje no Brasil mais descendentes de libaneses — cerca de 6 milhões — do que libaneses no Líbano, cuja população é de 3,5 milhões.

— Não quero aqui, neste discurso de saudação, entrar em detalhes sobre a delicada situação política do Líbano, mas não devo deixar de mencionar que aquele país é o que mais caro tem pago pela falta de paz no Oriente Médio. De 1950 para cá, em especial pela guerra civil nos anos 70, o Líbano vem sofrendo muito — disse Simon, que é filho de libaneses.

O senador manifestou sua convicção de que “a invencível determinação dos libaneses dará àquele país o seu esplendor de outrora, marcado pela convivência pacífica entre as mais diversas regiões”.

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), está discutindo com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, a transformação de parte da Área de Preservação Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba em reserva extrativista, projeto que viabilizará o desenvolvimento auto-sustentado da região, permitindo que as populações locais explorem, racionalmente, os recursos naturais.

A reserva extrativista admite a permanência do homem, dentro de um programa de manejo adequado para aproveitamento dos recursos naturais. A criação da Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba também conta com o apoio das comunidades locais, que poderiam ser expulsas da região na hipótese de a área ser transformada em parque nacional, onde o acesso é restrito e só com autorização governamental.

Hugo Napoleão garante que criação de reserva conta com apoio da comunidade



De acordo com técnicos do Ibama, a área da reserva extrativista não será contínua, em virtude da indefinição fundiária de algumas áreas e fazen-

das. “Ao lutarmos pela criação da Reserva do Delta do Parnaíba queremos evitar a expulsão das comunidades que, historicamente, vivem na região”, argumentou o senador Hugo Napoleão. “Por outro lado, também serão evitadas as áreas que exigem desapropriação, para não levar tranqüilidade aos proprietários, até porque o governo federal não tem recursos para esse fim”, acrescentou.

— Nosso principal objetivo é a ocupação racional e adequada, com a permanência das comunidades locais e o respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais — prosseguiu Hugo Napoleão, acrescentando que “a reserva é a melhor alternativa para o desenvolvimento auto-sustentado das regiões de grande importância ecológica, a exemplo dos mangues do Delta do Parnaíba que alimentam milhares de famílias do Piauí, do Maranhão e do Ceará que vivem da pesca artesanal”.

Hartung elogia apoio do BNDES a projeto que transforma favelas de Teresina em bairros

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) parabenizou a iniciativa do BNDES de apoiar o Projeto Vila-Bairro, da prefeitura de Teresina, que se propõe a transformar as favelas da capital piauiense em bairros, com padrão apropriado de urbanização. O investimento total do programa, que teve sua operação de crédito aprovada pelo Senado, será de R\$ 68 milhões e 617 mil.

Desse montante, R\$ 22,2 milhões serão aportados pelo BNDES e as outras fontes de apoio são a Caixa Econômica Federal, o Habitar-Brasil, o Pró-Infra, além da própria prefeitura. Do total que o banco vai financiar, R\$ 3,7 milhões não serão reembolsáveis, pois sairão do Fundo Social, com recursos provenientes do lucro do BNDES. Tal apoio está direcionado à educação ambi-

ental e às ações que visam o atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco social.

Hartung observou que o BNDES decidiu apoiar o projeto depois de constatar que a prefeitura de Teresina apresentava um quadro de equilíbrio em sua situação financeira, mostrando contenção de despesas e um endividamento inexpressivo. “A iniciativa da prefeitura é um exemplo raro de opção pela população carente, conjugando características de universalidade — pois todas as favelas da cidade serão beneficiadas — e de austeridade, já que estão sendo adotadas soluções técnicas inovadoras por seu baixo custo e pelo emprego intensivo de mão-de-obra local”, observou.

O senador destacou os principais pontos do programa que vai beneficiar cerca de 116 mil pessoas. São



Paulo Hartung informa que projeto Vila-Bairro vai beneficiar 116 mil pessoas

eles: regularização fundiária, reassentamento de famílias que ocupam áreas de risco, ações de saneamento básico, serviços de saúde, recuperação e preservação ambiental, urbanização e geração de ocupação e renda.

TV Senado exhibe os melhores momentos das CPIs

A TV Senado mostrará neste mês de julho, período de recesso do Congresso Nacional, os melhores momentos das comissões parlamentares de inquérito que investigam irregularidades no Judiciário e no sistema financeiro. Nesta semana, às 8h e às 14h30, estão sendo reprisados depoimentos da área judiciária.

Debates públicos importantes promovidos pelo Senado também constam da programação do mês. Hoje, por exemplo, às 14h30, irá ao ar o terceiro dia dos debates do “Seminário sobre Clonagem e Transgênicos”. Amanhã, serão mostrados os debates do quarto dia deste seminário.

Na segunda semana de julho, a TV Senado apresentará depoimentos tomados desde abril pela CPI do Sistema Financeiro, sempre às 8h, 12h e 21h. Na terceira semana, irá ao ar a série *Chateau*, de Guilherme Fontes, com cinco capítulos. Na última semana deste mês, a emissora mostrará os sete capítulos da série *China*, apresentada pela atriz Lucélia Santos.

Artur da Távola apresenta a Bossa Nova

Depois de receber centenas de pedidos, a Rádio Senado reprisa neste mês de julho a série *Essa Bossa Sempre Nossa*, apresentada pelo senador Artur da Távola. Nos próximos sábado (22h) e domingo (17h), irá ao ar o programa com comentários sobre o livro de Sérgio Cabral a respeito da vida e obra de Tom Jobim e, é claro, músicas do grande compositor brasileiro. A série continua em todos os sábados e domingos deste mês, nos mesmos horários.

A Rádio Senado continua a apresentar a série *Brasil 500 anos*, produzida pelo jornalista César Motta em comemoração aos cinco séculos do descobrimento. A série, de 57 capítulos e baseada em historiadores de renome, é apresentada sempre às 9h30 dos domingos.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademar Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Decisões do Senado melhoram a vida dos cidadãos

As 167 matérias aprovadas no primeiro semestre introduzem mudanças que vão da ampliação dos serviços públicos de saúde até regras que possibilitam o funcionamento mais ativo das organizações da sociedade civil

Ao entrar em recesso em 1º de julho, conforme previsto pela Constituição, o Senado já contabilizava 245 matérias apreciadas desde o início do ano. Foram realizadas no total 110 sessões plenárias entre 4 de janeiro e 30 de junho de 1999, com a aprovação de 167 proposições, inclusive cinco emendas constitucionais.

Uma dessas propostas de emenda faz parte das 48 matérias aprovadas pelo plenário em junho, quando 52 foram apreciadas. Trata-se da revogação da limitação das taxas de juros em 12% ao ano, já enviada à Câmara. No mesmo mês aprovaram-se a lei criando o programa de proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas, assim como as normas prevendo a demissão de servidores públicos estáveis em caso de excesso de despesa.

Outra matéria importante votada em junho é o projeto que dá à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) autonomia para realizar o registro profissional e tratar de questões que atualmente são atribuições do Ministério do Trabalho.

Das emendas à Constituição votadas pelo Senado no primeiro semestre, uma – a que manteve o CPME, estabelecendo nova alíquota – já foi promulgada, enquanto as demais aguardam o exame da Câmara. Além da revogação do limite da taxa de juros e da emenda que extingue a figura do juiz classista, as emendas tratam da criação dos juizados

especiais de pequenas causas na Justiça Federal e estendem às ações trabalhistas do meio rural o mesmo prazo de prescrição fixado para as demandas dos trabalhadores urbanos.

Decisões que melhoram a vida dos cidadãos marcam as mudanças trazidas pelos senadores durante as deliberações do primeiro semestre.

De acordo com a avaliação do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, destacam-se, entre as matérias que o Senado apro-

vou em 99:

– a obrigatoriedade de colocar, nos



De janeiro a junho, os senadores participaram de 110 sessões plenárias e apreciaram 245 matérias

rótulos dos remédios, o nome genérico da substância;

– a determinação de que o Sistema

Único de Saúde (SUS) custeará cirurgia plástica reparadora de mama, no caso de mutilação decorrente do tratamento de câncer;

– a regulamentação do funcionamento de organizações da sociedade civil de interesse público;

– a permissão aos consumidores de escolherem datas de vencimento das contas de água, luz, telefone e gás;

– a instituição de penalidades para os cartórios que descumprirem a exigência de gratuidade na emissão de certidões de nascimento e de óbito;

– a criação do Ministério da Defesa; e

– a regulamentação da reforma administrativa.

O Senado manteve, nos primeiros seis meses deste ano, intensa atividade no cumprimento das atribuições exclusivas que a Constituição lhe confere, votando 25 acordos internacionais, 21 concessões de telecomunicações, 25 operações de crédito, 22 indicações de autoridades e 26 escolhas de chefes de missões diplomáticas do Brasil no exterior.



Matérias apreciadas pelo Senado

(de 1º a 30 de de junho de 1999)

Matérias aprovadas e enviadas à Câmara	3
• apreciadas em plenário	1
• apreciação terminativa nas comissões	2
Matérias aprovadas e enviadas à sanção	6
Matérias aprovadas e enviadas à promulgação	28
• acordos internacionais	12
• alterações da Resolução 78/98	3
• concessões de telecomunicações	4
• operações de crédito	9
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	1
Escolha de autoridades	7
Escolha de chefes de missões diplomáticas	3
Total de matérias aprovadas	48
Matérias enviadas ao Arquivo	4
Total de matérias apreciadas	52

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado

Matérias apreciadas pelo Senado

(de 4 de janeiro a 30 de junho de 1999)

Matérias aprovadas e enviadas à sanção	21
Matérias aprovadas e enviadas à promulgação	75
• acordos internacionais	25
• concessões de telecomunicações	21
• operações de crédito	25
• alterações na Resolução 78/98	3
• assuntos administrativos	1
Matérias aprovadas e enviadas à Câmara	18
• apreciadas pelo plenário	8
• apreciação terminativa nas comissões	10
Escolha de chefes de missões diplomáticas	26
Escolha de autoridades	22
Emendas constitucionais à promulgação	1
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	4
Total de matérias aprovadas	167
Matérias enviadas ao Arquivo	78
Total de matérias apreciadas	245

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado

Subcomissão de Rádio e TV começa a receber sugestões da população

Somente entre os dias 5 e 6 de julho, o serviço "Voz do Cidadão" recebeu 31 mensagens – um terço do total das chamadas – com opiniões e sugestões sobre a programação de televisão e rádio no Brasil. Os usuários responderam ao apelo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), presidente da Subcomissão de Rádio e TV, em favor de um debate permanente sobre esses meios de comunicação.

– Estou emocionado com o nível da participação – disse o senador, que contou com a ajuda da TV e a Rádio Senado para difundir sua convocação.

Segundo Simon, o importante é que as opiniões estão sendo dadas antes que se inicie a grande discussão que a subcomissão fará sobre o assunto.

– As observações emitidas com espontaneidade serão a matéria-prima para o trabalho dos senadores, de especialistas em comunicação de mas-



O senador Pedro Simon se disse "emocionado" com a participação espontânea da sociedade

sa e representantes da sociedade civil – explicou o senador.

Márcio Ferraz Rocha, de Vitória da Conquista (BA), ligou para reclamar que a TV Globo é a única emissora a não transmitir debates e entrevistas políticas. Daise Lemos de Souza, do Rio de Janeiro, considera a televisão

brasileira de alta qualidade, mas acha que há excesso de imoralidades e pouca programação cultural ou destinada a crianças. Muitos telespectadores se preocupam com cenas de violência, outros com a ausência de programas regionais. João Bispo Dias, de Juazeiro (BA), teme os efeitos de uma legislação "arbitrária" sobre TVs e rádios, eventual retorno da censura e restrições à liberdade de imprensa.

Simon não quer que os trabalhos da subcomissão tenham abordagem muito específica, cuidando de determinar a constância ou características na programação de temas como sexo, violência e drogas. O senador entende que interessa mais definir a estrutura da TV e do rádio. A melhoria da qualidade da programação seria decorrência natural desse rearranjo. O senador cita como exemplo a dificuldade de acesso das

classes pobres à TV a cabo, que oferece mais canais e melhores programas que a TV aberta. "Estamos criando um novo *apartheid*", disse Simon. Ele lembra que a TV é o grande formador de opinião, mais até do que a família.

A Subcomissão de Rádio e TV, pertencente à Comissão de Educação, tem na agenda temas como a abertura do capital das empresas jornalísticas e de radiodifusão à participação estrangeira; a abertura das TVs educativas à publicidade comer-

cial; os limites de interferência do Estado nas concessionárias; a participação do Legislativo no processo de outorga para rádio e televisão; e rádios comunitárias.

Fazem parte da subcomissão os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), vice-presidente, Amir Lando (PMDB-RO), Gerson Camata (PMDB-ES), Djalma Bessa (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Álvaro Dias (PSDB-PR), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emilia Fernandes (PDT-RS).

Participe do debate sobre a TV e o rádio no Brasil:

fone: 0800-612211 ou fax: (61) 311-1055

Página do Senado na Internet:

<http://www.senado.gov.br>

No link Fiscalize o Senado

Acesso à informação fortalece a democracia

Secretaria de Comunicação Social dispõe de estrutura para assegurar que brasileiros saibam tudo o que o Senado realiza. TV, rádio, agência, jornal, relações públicas e Internet garantem aos cidadãos contato estreito com o Legislativo

Uma das condições essenciais ao pleno exercício da cidadania num regime democrático é o acesso a informações objetivas e completas sobre as atividades e decisões das instituições públicas. Foi com base nessa premissa que, a partir de 1995, o Senado montou uma estrutura própria de comunicação com a sociedade – a TV, a Rádio, a Agência e o *Jornal do Senado* – para fornecer aos cidadãos os dados necessários à avaliação e ao julgamento das ações desenvolvidas pelos representantes políticos.

Com quase três anos de funcionamento, a TV Senado, no ar 24 horas por dia, tem como destaque de sua programação as transmissões ao vivo das sessões plenárias, das atividades legislativas nas comissões permanentes e especiais, e das comissões parlamentares de inquérito. Documentários sobre a história política do país e programas voltados ao interesse da população – como *Mulheres em Destaque*, *Consulta Marcada*, *Cidadania*, *Debate*, *Entrevista*, *Saúde Todo Dia*, *Espaço Cultural* e *Agenda Econômica* – completam a grade de programação.

Acessada por usuários de TVs a cabo e proprietários de antenas parabólicas, a TV Senado tem hoje uma audiência estimada em torno de 2 milhões de telespectadores, que contam ainda com o telefone 0800612211 para formular questões diretamente aos senadores no programa *Fala, Cidadão*, transmitido todas as sextas-feiras, às 21h30.

24 HORAS NO AR

A Rádio Senado – como a TV, 24 horas no ar – dá prioridade à transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões, mas a programação inclui ainda informativos, resumos das notícias da semana e previsão de atividades legislativas, serviços de utilidade pública, música popular brasileira e programas culturais. Entre esses, destaca-se a série *Brasil 500 Anos*, com 54 programas sobre a história nacional. O programa *Século XX*, que foi ao ar no ano passado, transformou-se em material de ensino.

Transmitindo em frequência modulada e em ondas curtas, e também pelo sistema Radiosat, a Rádio Se-

nado produz ainda edições diárias do informativo *Senado em Linha Direta*. As edições *Nacional*, *Nordeste* e *Amazônia* ficam disponíveis pelo telefone 0800614455. A edição *Amazônia* é também transmitida pela Rádio Nacional da Amazônia, enquanto as edições *Nacional* e *Nordeste* dirigem-se, uma, à Radiobrás, e a outra, à Rede Católica de Rádio, com 27 emissoras conveniadas.

EM TEMPO REAL

Cabe à Agência Senado a divulgação em tempo real – pela página da Casa na Internet –, das atividades dos plenários do Congresso e do Senado, das comissões, da Presidência, da Mesa e das lideranças, além de informações sobre projetos de lei em tramitação e temas especiais. As matérias produzidas pela equipe de jornalistas da Agência Senado são também distribuídas a mais de uma centena de veículos de comunicação pelo serviço Datafax e pelo STM-400 (Sistema de Tratamento de Mensagens), ambos da Embratel. As matérias produzidas pela Agência Senado são editadas para publicação no *Jornal do Senado*.

JORNAL

O *Jornal do Senado*, com cobertura completa das atividades da Casa e tiragem diária de 45 mil exemplares, circula de segunda a sexta-feira. O jornal é distribuído no início da manhã para todos os órgãos de imprensa com sede em Brasília, ministérios, tribunais superiores e órgãos da administração pública direta e indireta. Também é entregue aos passageiros dos primeiros vôos que partem da capital e pode ser encontrado em vários pontos instalados no Congresso e nos hotéis de Brasília.

Por via postal, a publicação é regularmente enviada aos governos estaduais, prefeituras, assembleias legislativas, entidades trabalhistas e empresariais e veículos de comunicação de alcance regional.

A estrutura da Secretaria de Comunicação Social é composta ainda pelas subsecretarias de Projetos Especiais, Relações Públicas e Técnica de Eletrônica.

Projeto aproxima cidadão do Senado

A criação dos veículos de divulgação das atividades do Senado levou ao estabelecimento de canais de recepção de opiniões e sugestões, em experiência interativa promovida pela Subsecretaria de Relações Públicas desde 1995. Denúncias, críticas e propostas aos senadores podem ser recebidas de todo o país por meio do projeto *Voz do Cidadão*, com acesso gratuito pelo telefone 0800612211, das 10 às 22h.

As ligações são atendidas por universitários, estagiários das áreas de Ciência Política, Relações Internacionais e Comunicação Social da Universidade de Brasília (UnB), que registram os comentários e solicitações e os distribuem aos gabinetes dos senadores. O mesmo tratamento é dado às manifestações dos cidadãos que acessam o “Fiscalize o Senado”, na página do Senado na Internet. Em 1999, por exemplo, o 0800 recebeu quase 13 mil ligações, enquan-



Operadores da *Voz do Cidadão* em atividade: denúncias, críticas e propostas enviadas diariamente aos 81 senadores

to mais de 200 inscrições para o Seminário sobre Comunicação Social, realizado no ano passado, foram feitas pela Internet.

As próprias dependências físicas do Senado tornaram-se mais próximas da cidadania com a realização, pela Subsecretaria de Relações Públicas, de um projeto de visitação pública, durante toda a semana. Do Salão Negro ao Túnel do Tempo, onde se encontra exposição permanente sobre a história do Senado, visitantes e turistas podem ter acesso também a

material explicativo sobre a tramitação das propostas legislativas. O *tour* pode ser feito virtualmente, pela Internet. Em 1998, o Senado recebeu 33.762 visitantes, sendo que cerca de 7% deles eram turistas estrangeiros. Em 1999, o *tour* já foi percorrido por 19 mil pessoas.

Com o sucesso do programa, a Relações Públicas criou em 98 o projeto “O Senado na História”, dirigido a estudantes de 2º grau do Distrito Federal e realizado sempre às segundas-feiras.

Nova homepage dá ênfase às notícias

Com uma média aproximada de mil visitas por dia, apenas nos veículos de comunicação ligados à Secretaria de Comunicação Social, a página do Senado na Internet se consolidou nos últimos meses como um importante instrumento de acesso às informações legislativas. O *link* “Notícias do Senado” oferece o acompanhamento em tempo real de tudo o que acontece na Casa. Além disso, a *homepage* disponibiliza um amplo conjunto de serviços, incluindo um *link* que recebe a manifestação dos internautas sobre o trabalho dos parlamentares.

Em abril, a página do Senado foi reformulada pela Subsecretaria de Projetos Especiais e passou a receber um número de acessos cada vez maior, especialmente quando há votações importantes ou algum fato de grande relevância.

A intenção foi evidenciar o caráter informativo da Internet – os



Página do Senado na Internet recebe média diária de mil visitas

órgãos da SECS representam 60% da página inicial. Mas o novo formato chama atenção também para os serviços de consulta aos bancos de dados do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Assim, o usuário tem acesso, por

exemplo, ao conteúdo completo da reforma da Previdência e do Orçamento da União e pode acompanhar o desempenho dos parlamentares, através do *link* “Sistema de Informações Legislativas”, que traz o resultado dos trabalhos da Casa e um resumo das matérias aprovadas. As informações são atualizadas diariamente pela Secretaria Geral da Mesa.

Os visitantes também encontram na *homepage* toda a história do Senado, *links* para as páginas de todos os senadores, textos integrais da legislação brasileira, com possibilidade de cópia dos arquivos, a versão mais atualizada da Constituição federal e do Regimento Interno da Casa e um sistema de pesquisa com a bibliografia brasileira de Direito, eleições e partidos políticos.

TV Senado prepara-se para usar sinal aberto

Iniciativa atende a pedidos de municípios interessados em acompanhar trabalhos do Senado, hoje só disponíveis por cabo ou satélite

Nas próximas semanas, a Secretaria de Comunicação Social do Senado (SECS) estará enviando às prefeituras municipais, câmaras de vereadores e assembleias legislativas explicações sobre a possibilidade de retransmissão local da programação da TV Senado, pelo sistema UHF, que permite o acesso por qualquer aparelho, mesmo os que não estejam conectados às redes de televisão a cabo ou por assinatura.

Segundo o diretor da SECS, Fernando Cesar Mesquita, a iniciativa responde a centenas de solicitações pedindo a operação da TV Senado também pelo sistema aberto:

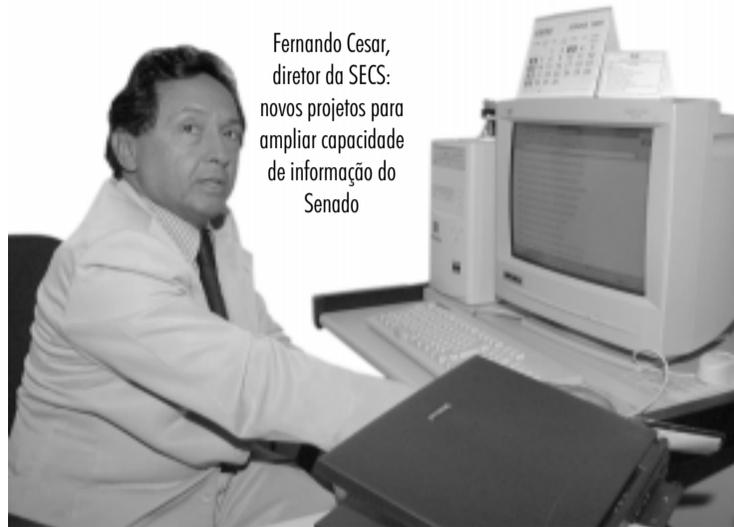
– Os custos de formar uma rede nacional, com retransmissoras em cada estado, seriam proibitivos. Então, fizemos uma sondagem junto a cerca de cinco mil possíveis interessados, prefeituras e instituições, que resultou em retorno favorável de cerca de 80% – disse.

Dentro de três meses, a TV Senado estará disponível em UHF para qualquer aparelho que sintonize o canal 51, em Brasília, cidades-satélites e Entorno:

– Com um investimento em torno de R\$ 10 a 15 mil, os municípios ou pessoas jurídicas, de qualquer ponto do país, poderão instalar retransmissoras da TV Senado – explicou Mesquita.

ATRATIVO

O diretor da SECS aponta um outro atrativo para quem quiser retransmitir a TV Senado, além da programa-



Fernando Cesar, diretor da SECS: novos projetos para ampliar capacidade de informação do Senado

ção atual, com as transmissões diretas do plenário e comissões, e dos especiais e debates sobre medicina, comportamento, agricultura, política e economia:

– A partir do próximo semestre, entram no ar três horas diárias voltadas para a formação de quadros políticos e aperfeiçoamento de recursos humanos, em especial servidores dos legislativos estaduais e municipais – disse.

Com o nome de Projeto Universidade do Legislativo, a programação irá ao ar das 6h às 9h da manhã, com esclarecimentos e informações sobre processo legislativo, direito constitucional, administração pública, orçamento, controle de contas, auditoria. Os programas serão elaborados pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), e convênios com

as universidades vão assegurar o aprimoramento dos participantes. O *Jornal do Senado* vai colaborar com o projeto, distribuindo fascículos com o texto dos programas.

O serviço 0800 do Senado, de contato direto com o cidadão através do telefone, será ampliado em agosto, com a entrada em operação de uma caixa-postal para cada senador. O gabinete do parlamentar vai gravar três minutos com o resumo da atuação, diária ou semanal, do senador.

A Rádio Senado transmite, em FM para Brasília e em ondas curtas para todo o país, as sessões do plenário e comissões, e programação de música nacional. A exemplo do que já faz a Rádio Senado, a TV Senado também vai iniciar programação especial para a Amazônia.

Objetivo é atingir municípios menores e mais distantes

A TV Senado vai levar suas imagens para a maioria dos municípios brasileiros a partir de novembro, quando deverá ser implantado o projeto *TV Senado na Sua Cidade*, utilizando o sinal aberto em UHF e VHF. Atualmente, a emissora atinge todo o território nacional através das operadoras de TV a cabo e sinal digital via satélite.

Para viabilizar o projeto, a Secretaria de Comunicação Social do Senado já realizou uma sondagem junto a prefeituras e câmaras municipais, informando sobre a programação da TV Senado e os custos de implantação do projeto, que atende ao sistema de retransmissão (RTV) do Ministério das Comunicações.

O projeto *TV Senado na Sua Cidade* é destinado basicamente às estações retransmissoras em operação

nos municípios, mediante instalação de repetidoras com um raio de 10 quilômetros de cobertura, a cargo das prefeituras ou legislativos municipais. Cumprindo determinação legal, a estação que se filiar ao projeto somente poderá utilizar os sinais da TV Senado, sendo proibida a retransmissão de programação disponível na localidade, além de publicidade comercial.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressalta que, por esse projeto, a Casa espera multiplicar a audiência da TV Senado, aproximando-se das comunidades municipais, “em especial das pequenas e médias cidades, e ajustar sua programação às necessidades e expectativas dessas comunidades”.



TV Senado prepara chegada aos municípios de todo o país, com o objetivo de multiplicar a audiência

Rádio passou a transmitir também em ondas curtas

A Rádio Senado não transmite mais apenas em frequência modulada (FM). Os ouvintes dos estados da região Norte (incluindo o Tocantins), da região Nordeste e mais a região compreendida pelo norte dos estados de Goiás e Mato Grosso estão há três meses sintonizando a Rádio Senado em ondas curtas através da faixa de 49 metros em 6.190 KHz. Segundo o diretor da Rádio Senado, Silvio Hauagen, ainda é cedo para avaliar como as transmissões estão sendo captadas, mas ele já tem recebido algum retorno, como um ouvinte do interior da Paraíba que

elogiou a qualidade do sinal.

Apesar de estar utilizando os transmissores da Rádio Brasília com as antenas direcionadas para aquelas regiões, o diretor

revelou que tem recebido e-mails de ouvintes de Minas Gerais e do Paraná que conseguiram sintonizar a Rádio Senado em ondas curtas. Ele explicou que se trata de uma espécie de “sombra” da transmissão que pode ser captada eventualmente, embora com qualidade bem inferior à original.

A transmissão em ondas curtas vai de segunda a sexta-feira, entre 7h e 19h. A programação é basicamente a mesma da Senado FM, com mensagens de utilidade pública de interesse daquelas regiões.



Transmissão em ondas curtas para Norte e Nordeste inclui mensagens de interesse comunitário

Projeto Universidade do Legislativo

A proposta de se criar o Projeto Universidade do Legislativo, primeira experiência do gênero no mundo, partiu do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com o objetivo principal de modernizar as casas legislativas em todo o país, afirmou o diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Mário Lúcio Lacerda de Medeiros, um dos responsáveis pela implantação da iniciativa.

A universidade vai funcionar mediante o ensino a distância, devendo ser captada pelo público externo através da TV Senado e da Interlegis, projeto executado pelo Prodasen que permitirá comunicação em tempo real através da Internet.

Segundo Medeiros, a idéia está sendo viabilizada por uma comissão composta pelo diretor-geral do

Senado, Agaciel da Silva Maia, pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, pelo diretor da Consultoria Legislativa, Dirceu Teixeira de Matos, e por Mário Medeiros, que devem apresentar o projeto de criação em dois meses.

Para Mário Medeiros, o Projeto Universidade do Legislativo é decorrência natural do trabalho de capacitação profissional que o ILB vem realizando. A partir de um dado momento “sentiu-se a necessidade de passar essa experiência aos outros legislativos do país, formando profissionais com conhecimentos específicos e excelência no âmbito legislativo”, completou o diretor-executivo.

Assim, a universidade pretende

atingir os legislativos estaduais e municipais mediante programas direcionados, aos quais poderão ter acesso prefeitos, deputados estaduais, vereadores, servidores e o público em geral, disse Medeiros.

O acesso dos servidores da Casa se dará pela Internet, pelo canal VIP e salas de aula, sendo que o material escolar será produzido pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), observou Medeiros.

Ele informou que os programas didático-curriculares abrangerão as seguintes áreas: processo legislativo, técnicas legislativas, processo orçamentário, sistemas de informação, obtenção de recursos na área federal e demais áreas afins, etc.

Projeto de Carlos Patrocínio impõe quarentena a juizes aposentados

Senador quer fixar prazo de dois anos entre o ato de aposentadoria de magistrado e seu ingresso na advocacia. Objetivo é evitar o tráfico de influência junto aos órgãos jurisdicionais

Preocupado com o “tráfico de influência” que pode ser exercido por magistrados que passam a atuar como advogados imediatamente após sua aposentadoria, nos mesmos tribunais onde exerciam o cargo, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei que fixa uma quarentena de dois anos entre a publicação do ato de aposentadoria do juiz e seu ingresso na advocacia.

Em defesa da proposta, Patrocínio argumenta que o Estatuto da Advocacia e da OAB não oferece qualquer restrição a que magistrados, uma vez aposentados, inscrevam-se de imediato nos quadros da Ordem, o que tem permitido que “magistrados aposentados e inscritos como advogados exerçam tráfico de influência junto aos órgãos jurisdicionais, prática que representa seriíssimo dano à lisura e à integridade da prestação jurisdicional”.

– É evidente que, mesmo aposentados, esses juizes, sobretudo os que integram órgãos colegiados, ainda exercem influência na estrutura judiciária, fato que vem inclusive de ser denunciado em



Patrocínio diz que situação atual representa dano à integridade da prestação jurisdicional

nota oficial publicada pelo colégio de presidentes das seccionais da OAB, reunido em Manaus – observa.

O senador pelo Tocantins conclui que a realidade demonstra a impropriedade da situação permissiva “que enseja a alguns advogar em clima de franco desfavorecimento aos demais”. O projeto recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e está pronto para ser incluído na pauta da comissão.

Geraldo Cândido quer ampliar gratuidade de material escolar

Projeto de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) estende aos alunos do ensino médio da rede pública a gratuidade que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) garante aos estudantes do ensino fundamental público, com referência a material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A matéria será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Educação, e tem como relatora a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). Seu caráter terminativo indica que a aprovação pela comissão dispensa a votação no plenário do Senado, salvo se for apresentado recurso.

Na justificativa do projeto, Geraldo Cândido destaca que mais de quatro quintos dos alunos no ensino médio não possuem livros didáticos por falta de poder aqui-



Cândido constatou que grande parte dos alunos de ensino médio não têm acesso a livros

sitivo. O senador também lembra que a Constituição prevê a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”, e que o ensino será ministrado mediante “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Uso de colete salva-vidas pode ser obrigatório na navegação interior

Projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa, altera a legislação que trata de segurança no tráfego aquaviário, tornando obrigatório o uso de coletes salva-vidas em navegação interior.

Em sua justificativa, o senador diz que não se pode mais assistir impassível às tragédias que vitimam a população brasileira nos rios, lagos ou baías. A exemplo do Código de Trânsito Brasileiro, o senador acredita ser necessário haver medidas que garantam a segurança dos passageiros de transportes aquáticos.

Patrocínio destaca que a Lei 9.537, de 1997, não prevê a obrigatoriedade do uso de coletes salva-vidas, problema que pretende sanar com o projeto. Se aprovada a proposta de Patrocínio, será incluída entre as atribuições da autoridade marítima a de “estabelecer, quando julgar necessário, a obrigatoriedade do uso de coletes salva-vidas pelos tripulantes, profissionais não-tripulantes e passageiros nas embarcações utilizadas na navegação interior, bem como as penalidades decorrentes do descumprimento das normas fixadas”.

– Assim como no caso dos cintos de segurança nos automóveis, o porte obrigatório de coletes salva-vidas cumprirá papel de eficácia na redução dos índices de mortalidade durante as travessias aquaviárias – defende o senador.

Nabor sugere nome de Edmundo Pinto a rodovia

“O Brasil e, em particular, a região amazônica ainda devem uma homenagem expressiva à memória do governador Edmundo Pinto, do estado do Acre, trágica e covardemente assassinado em uma das páginas mais obscuras da nossa história.” Assim o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) justificou a apresentação de proje-



Nabor afirma que morte ainda não foi esclarecida

to de lei de sua autoria para denominar trecho da BR-364 de “Rodovia Governador Edmundo Pinto”.

O senador informou que o trecho da rodovia federal em questão – compreendido entre as cidades de Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre – foi uma obra inaugurada pelo próprio Edmundo Pinto, e na época era um empreendimento que “centralizava os sonhos e proje-

tos de todo o povo acreano”.

Nabor Júnior lembrou que a morte do governador ocorreu há sete anos, “interrompendo uma das mais brilhantes e respeitadas carreiras políticas do país, cuja juventude e ímpeto construtivo, dentro de sólidos princípios democráticos, permitiam

prever um belo e profícuo caminho para o governador recém-empossado no Acre”.

Segundo o senador, os projetos de Edmundo eram desenvolvimentistas e voltados para o bem-estar coletivo, privilegiando as obras sociais e de interesse sanitário, o que despertava a atenção de todo o país, “movimentando as forças vivas das comunidades visadas”.

Bornhausen homenageia criador do método braile

Destacando o grande benefício que o método braile trouxe para os deficientes visuais de todo o mundo, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) prestou suas homenagens pela passagem, neste ano, dos 190 anos de nascimento de seu criador, o francês Louis Braille. “Todos nós temos motivos muito fortes para nos orgulhar e respeitar esse homem, que dedicou quase toda a sua rápida vida terrena para fazer o bem ao próximo”, afirmou.

Bornhausen observou que, até o ano em que o sistema de escrita e leitura foi criado por Braille (1824), “os que não podiam ver tinham como companhia a solidão, o silêncio, o preconceito, o desprezo e a marginalidade, e o sistema braile conseguiu não só superar essas injustiças, mas trazer para a vida social milhões de pessoas”, sendo hoje o método mais adotado por todas as línguas escritas do planeta.

Seu criador perdeu a visão aos três anos de idade, vítima de um acidente seguido de uma doen-



Bornhausen destacou a contribuição de Louis Braille

ça ocular, tendo ido estudar, em seguida, no Instituto Nacional para Jovens Cegos, onde, aos 15 anos, inventou um sistema de escrita elaborado por um capitão chamado Charles Barbier de la Serre, que ficara cego na Palestina e usava seu código para fazer transmissões noturnas durante campanhas militares. Braille modificou o método, tornando-o mais eficaz.

O método, segundo ressaltou o senador, baseia-se em um sistema de escrita em relevo que utiliza pontos e traços, com um alfabeto, sinais de pontuação, algarismos e um modelo para escrever música. Nesse alfabeto, os numerais correspondem às letras “A” e “J” e o texto é lido com a mão direita, enquanto a esquerda inicia nova linha de leitura. Como professor, no mesmo instituto em que estudou, Braille aperfeiçoou o método, que foi oficialmente adotado por sua antiga escola em 1854, dois anos depois de sua morte, aos 43 anos de idade.

Parlamentar lamenta morte de Jaime Wright

A atuação do reverendo Jaime Wright, falecido recentemente em Vitória (ES), foi destacada pelo senador Lúcio Alcântara, que lembrou tratar-se de um bravo combatente dos arbítrios do regime militar que teve a incumbência de levar, na década de 80, "secretamente" para Genebra cerca de 500 rolos de microfílm do trabalho *Brasil: Nunca Mais*, que deu origem ao livro do mesmo nome.

Jaime Nelson Wright, relatou o senador, nasceu em Curitiba, em 12 de julho de 1927. Estudou Teologia e foi ordenado pastor pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, em 1950. Voltou para o Brasil como missionário da Missão Presbiteriana do Brasil Central, cuja secretaria exerceu por cerca de 10 anos.

— Nessa condição, coube-lhe dar destinação ao patrimônio da Missão quando a Igreja Presbiteriana do Brasil assumiu as igrejas que estavam sob seus cuidados — disse ele.

Segundo Alcântara, o reverendo Wright engajou-se na luta contra o regime militar após a morte de seu irmão Paulo Wright. Preocupado em desvendar as condições em que ele foi morto, aproximou-se de outras lideranças cristãs e passou a consolar famílias de presos políticos torturados e a enviar ao exterior denúncias que os jornais brasileiros, censurados, não publicavam.

Sobre o livro *Brasil: Nunca Mais*, Lúcio Alcântara disse que ele reuniu a mais completa coleção de documentos sobre a repressão política no país, com depoimentos de vítimas de tortura e lista de nomes de carrascos, e é, até hoje, referência histórica na matéria. Ele destacou que, quando se conhecem as condições em que foram feitas as investigações que resultaram no livro, é difícil imaginar o projeto sem ligá-lo à incrível coragem do reverendo Jaime Wright, "que, literalmente, remexeu os porões da ditadura", conforme o senador.

Sociólogo faz alerta contra manipulação biotecnológica

Em reconhecimento ao trabalho a que tem-se dedicado sobre a realidade brasileira, o senador Lúcio Alcântara homenageou o sociólogo catalão Manuel Castells, que pesquisou durante 20 anos a chamada "sociedade digital", publicando a trilogia *A Era da Informação*, onde prevê para 2002 a realização de escaneamentos genéticos a partir do delineamento completo do mapa do genoma humano. O senador esclarece que, de acordo com Castells, a manipulação biotecnológica das formas de vida poderá ser devastadora,

caso providências inadiáveis de controle não sejam tomadas.

Alcântara informou que o sociólogo esteve no Brasil há algumas semanas para o lançamento da *Sociedade em Rede*, e fez questão de realçar sua amizade com o presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem é amigo desde os tempos de universidade em Paris. Castells disse que a volatilidade do capital provoca descompasso enorme e por isso deve-se controlar, imediatamente, o fluxo de capitais, "contra cuja proposta os EUA e o FMI trabalham incessantemente".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h — Saúde Toda Dia — Alongamento
7h30 — Especial Unip — Crenças populares
8h — Especial — Revista da CPI do Judiciário — 3º programa
8h30 — Entrevista — O senador Romero Jucá fala sobre o combate à violência
9h — Agenda Econômica — O economista Décio Munhoz faz um balanço dos cinco anos do Plano Real
10h — Especial sobre Oscar Niemeyer
10h30 — Projeto E
11h — Entrevista especial com o senador José Fogaça e esposa
12h — Especial — Revista da CPI do Judiciário — 3º programa
12h30 — Entrevista — O senador Romero Jucá fala sobre o combate à violência
13h — Cores do Brasil — Folclore goiano

13h30 — Agenda Econômica — O economista Décio Munhoz faz um balanço dos cinco anos do Plano Real
14h30 — Terceiro dia do "Seminário sobre Clonagem e Transgênicos"
17h30 — Espaço Cultural — Apresentando o show de Viola Caipira
19h — Especial — Patrimônio Cartagena
19h30 — Agenda Econômica — O economista Décio Munhoz faz um balanço dos cinco anos do Plano Real
20h30 — Entrevista — O senador Romero Jucá fala sobre o combate à violência
21h — Especial — Revista da CPI do Judiciário — 3º programa
21h30 — Agenda Econômica — O economista Décio Munhoz faz um balanço dos cinco anos do Plano Real
22h30 — Especial sobre Oscar Niemeyer
23h — Entrevista especial com o senador José Fogaça e esposa
0h — Espaço Cultural — Apresentando o show Luz das Cordas

Alcântara quer penas maiores para devassa de comunicações

Conforme projeto de lei proposto pelo senador, quem comete o crime poderá pagar multa e ficar preso por até quatro anos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quer atualizar o Código Penal no que se refere aos crimes de interceptação e devassa de comunicações. Além de introduzir alterações semânticas, decorrentes das inovações tecnológicas, projeto de lei apresentado pelo parlamentar aumenta as penas previstas para tais crimes.

A proposta deve ser votada no próximo semestre pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). De caráter terminativo, a matéria segue diretamente para apreciação pela Câmara dos Deputados, se for aprovada na comissão e não houver recursos para que seja votada em plenário.

O projeto imputa pena de reclusão de um a três anos, além de multa, a quem "devassar, divulgar, transmitir ou utilizar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem", quando o Código Penal manda punir com detenção de um a seis meses, mais a multa, quem apenas "devassar" a correspondência.

A proposta também altera a pena



Lúcio Alcântara diz que a legislação em vigor tem "vícios graves". Um deles é o fato de não se referir aos crimes postais

para "quem indevidamente intercepta, divulga, transmite ou utiliza abusivamente comunicação de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, realizada por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético", como também a de quem impede esta comunicação. A nova penalidade, pela proposta, passa a ser a reclusão de dois a quatro anos, sem prejuízo de multa.

No texto atual do código, a pena é de um a três anos de detenção para "quem indevidamente divulga, transmite a outrem ou utiliza, abusivamente, comunicação telefônica ou radioelétrica dirigida a

terceiro, ou a conversação telefônica entre outras pessoas", assim como quem impede essa comunicação.

No projeto proposto pelo senador, a pena vai também para dois a quatro anos de detenção para "o agente que comete o crime, com abuso de função pública ou em serviço postal, ou em serviço que explore a comunicação de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de

qualquer natureza, realizada por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético".

Lúcio Alcântara justifica que o Código Penal manteve penas menores que as estipuladas pela Lei 9.296/96 para os mesmos crimes. Entende também o senador que essa lei tem "vícios graves", uma vez que não se refere aos crimes postais e tipifica como crime "quebrar sigilo de Justiça", não mencionado no inciso XI do artigo 5º da Constituição, que pretendeu regulamentar. Por isso, o senador propõe a revogação de seu artigo 10, cujas penalidades passariam a ser regidas apenas pelo Código Penal.

Ernandes Amorim condena políticos que disputam cargos no governo federal

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) instou a base parlamentar do governo a deixar o presidente Fernando Henrique Cardoso "à vontade" para governar e preencher cargos públicos. "Nosso regime é presidencialista. No presidencialismo, a indicação de ocupantes de cargos públicos por parlamentares é um desvio, um vício, um erro", enfatizou.

Para Amorim, as questões que o governo considera prioritárias no segundo semestre — reforma fiscal e a lei da responsabilidade fiscal — para enfrentar o problema do desemprego não devem ser resolvidas pela nomeação de um chefe disso ou daquilo. "O Congresso não pode ser refém de nomeações para cargos públicos. O destino do povo brasileiro não pode depender do atendimento de interesses individuais na nomeação de cargos públicos", disse.



Amorim diz que "é um desvio", no presidencialismo, a nomeação de cargos por parlamentares

Amorim observou que a próxima reunião anunciada entre o presidente e as lideranças partidárias para discutir a agenda do próximo semestre será uma boa oportunidade para essas lideranças entregarem a FHC os cargos que controlam. "Assim, o Congresso poderá debater as ques-

tões anunciadas com a autonomia que o povo brasileiro quer de seus políticos", afirmou.

Segundo o senador, "é preciso ultrapassar as muletas das âncoras monetárias e cambial, incapazes de continuarem a apoiar a estabilidade da moeda. Até agora a estabilidade resultou de expedientes e ingresso de dólares transformados em dívida pública interna. E não há mais aonde ir nesse caminho", garantiu.

Amorim afirmou ter chegado a hora da verdade:

— É a hora de implementar e consolidar as bases de uma economia produtiva e dinâmica, que seja capaz de competir no mercado globalizado e de gerar empregos e bem-estar para nossa gente. Não é hora de os parlamentares negociarem cargos, e sim de legislar com seriedade e independência.

Projeto obriga BNDES a investir 22% no campo

Proposta de Álvaro Dias pretende destinar um quinto dos recursos do banco para financiamento de projetos agroindustriais. Verbas para o setor diminuíram muito nos últimos anos, afirma o senador

Proposta que obriga o BNDES a aplicar 22% dos seus recursos para financiamento de projetos agroindustriais encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para ser relatada pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Autor do projeto, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) argumenta que os recursos destinados ao setor diminuíram nos últimos anos.

Conforme o senador, até o início do Plano Real a participação da agroindústria no orçamento do BNDES foi crescente. "Logo após a trajetória se inverte, caindo em 1995, 96, 97 e 98." Além dos problemas de concorrência com outros setores que passaram a receber financiamento daquele banco, "o setor enfrenta atualmente um verdadeiro racionamento de crédito, prejudicando o seu crescimento", observa Álvaro Dias.

Como agravante desse quadro,



Álvaro Dias diz que participação da agroindústria nos investimentos começou a cair após o real

o autor do projeto lembra que os bancos, em geral, evitam conceder empréstimos às empresas do setor, devido à escassez de garantias e avaliação de riscos elevados, em função do desconhecimento das chances de sucesso do negócio.

Álvaro Dias também ressaltou

que apesar de a agroindústria brasileira ser formada, em sua maioria, por empresas de pequeno e médio porte, o acesso às linhas de financiamento daquela instituição "é dificultado pelos agentes financeiros que operam essas linhas".

Outros problemas afetaram o setor: a elevação das taxas de juros a partir do real, a crise agrícola, a queda dos preços internacionais e no mercado interno de diversos produtos. Álvaro Dias defende que o BNDES confira tratamento privilegiado a esse setor e aumente seus desembolsos em projetos dos ramos de agropecuária e alimentos:

– Não se pode perder de vista o fato de que o desenvolvimento da agroindústria propiciará impactos altamente favoráveis em termos de fixação do homem no campo, aumento do emprego e renda fora dos grandes centros, e geração de divisas com exportação.

Moreira Mendes sugere isenção de IPI na compra de máquinas agrícolas

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) está preocupado com o aumento de custos dos pequenos produtores rurais, na hora de comprar tratores e outras máquinas agrícolas. É que no final de 1998 expirou a vigência da Lei n.º 9.493, que concedia vantagens tributárias na compra desses equipamentos. Para conter o aumento de custos que se verificou desde então, o parlamentar apresentou projeto de lei, dispondo sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais.

A matéria foi distribuída para apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), em caráter terminativo, e está aguardando a indicação de relator. Caso venha a ser aprovado na comissão e não receba qualquer pedido para manifestação do plenário da Casa, o projeto seguirá diretamente para deliberação pela Câmara dos Deputados.

Em defesa de sua proposta, o senador por Rondônia observa que "os produtores rurais de menor ca-



Moreira lembra também importância da medida para o setor industrial e a geração de empregos

pacidade econômica são aqueles que sentem, de imediato, os efeitos da alta no preço do maquinário agrícola, razão pela qual estamos propondo que se lhes conceda, o mais breve possível, isenção do IPI na aquisição de máquinas e tratores comumente utilizados no preparo da terra para o plantio, ou seja, tratores que possuam até 60 HP de potência bruta".

Além de estimular a atividade agrícola e melhorar as condições de rentabilidade para o produtor rural, Moreira Mendes lembra a importância da medida também para o setor industrial brasileiro,

que teria aí outro reforço para a manutenção de atividade e preservação de empregos. O parlamentar enfatiza, ainda, que o projeto não deverá trazer prejuízo aos cofres públicos:

– A concessão da isenção não deverá provocar perda de receitas. Com o esperado aumento nas vendas de tratores e máquinas agrícolas, a despeito da redução da receita do IPI, outros tributos deverão proporcionar maior volume de receitas para os cofres públicos, tais como o Imposto de Renda, o ICMS, a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.



Para senador, medida iria melhorar remuneração dos servidores e aperfeiçoar a segurança

Estevão propõe adicional de risco de vida para policiais e bombeiros

Os policiais federais, civis, militares e do Corpo de Bombeiros militares poderão receber, agregada ao salário, uma gratificação de risco de vida, no valor correspondente a um soldo e meio do beneficiário. A idéia é do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que já apresentou proposta neste sentido.

A gratificação teria um valor único para todos os policiais e, segundo o senador, tem amparo na Constituição federal, que determina "que o trabalhador tem direito a adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas". Para Estevão, não há como negar que os servidores encarregados da segurança pública tenham direito a esse benefício:

– São trabalhadores que põem

em risco, a todo o momento, a vida, a segurança pessoal, a saúde física e mental. Sua atividade é, sem qualquer questionamento, ou penosa, ou insalubre, ou perigosa, ou todas juntas – afirma o senador.

Por outro lado, observou, essa medida iria melhorar a remuneração dos integrantes dessas carreiras que muitas vezes "têm dificuldades para manter suas necessidades básicas de moradia, alimentação, educação e saúde".

Luiz Estevão admite que o adicional não iria resolver a situação financeira mas poderia proporcionar maior tranquilidade para o exercício das funções, além de ir ao encontro das cobranças da sociedade que "pede a melhoria constante na prestação desse serviço público".

Feridos terão socorro hospitalar gratuito

O policial ou bombeiro vítima do exercício de sua função pública terá direito a atendimento médico gratuito em qualquer hospital ou casa de saúde, público ou particular, segundo prevê projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A proposta estabelece que os hospitais particulares serão indenizados pelo serviço nos termos da tabela do Serviço Único de Saúde (SUS), mas a negativa ao atendimento implicará em crime de omissão de socorro.

O projeto foi elaborado em conjunto com o deputado federal Alberto Fraga (PMDB-DF). Para o senador, que cita o deputado, "uma função tão nobre e que exige o sacrifício da própria vida em defesa do Estado e da sociedade, não pode ficar sem a contrapartida mínima, que é o socorro, para o pleno restabelecimento, sabendo-se que a sua recuperação total implicará no seu retorno à atividade e à exposição da vida para salvar vidas".